

Desconstruindo velhas narrativas sobre o “sertão”: novos desenhos de pesquisa para compreender a ocupação do semiárido brasileiro.

Kaliane de Freitas Maia y Aldo Manoel Branquinho Nunes.

Cita:

Kaliane de Freitas Maia y Aldo Manoel Branquinho Nunes (2019). *Desconstruindo velhas narrativas sobre o “sertão”: novos desenhos de pesquisa para compreender a ocupação do semiárido brasileiro*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1660>



Desconstruindo velhas narrativas sobre o “sertão”: novos desenhos de pesquisa para compreender a ocupação do semiárido brasileiro

Kaliane de Freitas Maia
Aldo Manoel Branquinho Nunes

Resumo

O objetivo desse trabalho é propor um aparato metodológico, destinado a compreensão de processos de longa duração, que envolvem a ocupação da terra e a conformação de estruturas sociais. Esse aparato, de caráter interdisciplinar, consiste na combinação de pesquisa documental em profundidade, história oral e etnografia em comunidades rurais do semiárido brasileiro. Nosso interesse com esse trabalho é demonstrar resultados de pesquisas desenvolvidas na periferia acadêmica brasileira, que justificam uma reformulação de um quadro teórico metodológico, tornado clássico pelos principais centros de pesquisa social do Brasil, a respeito do Nordeste, que simplificou a constituição das estruturas fundiária e social, a partir da narrativa que tem o “mito sesmarial pecuarista” como fundamento. Essa tradição representada por autores como Capistrano de Abreu, Prado Junior e Roberto Simonsen, reproduziu sem pesquisa empírica aprofundada, um modelo analítico genérico e normativo, herdado das crônicas de viajantes naturalistas de origem europeia, que acabou invisibilizando dinâmicas sociais paralelas de ocupação da terra e constituição territorial, protagonizadas por indivíduos e grupos sociais marginalizados pela empresa colonial portuguesa. Nossas pesquisas, apresentam indícios historiográficos presentes em fontes variadas, mas que, passaram despercebidos por pensadores sociais que estudaram o interior do Brasil, apontam para a existência de processos não lineares de povoamento, ocupação e dinâmicas antigas de fragmentação das terras, minifundização e a conformação de uma sociedade diversificada que, para além dos sesmeiros/fazendeiros, contava com forte presença de escravos, indígenas, comerciantes, agentes da administração colonial e estratos de cultivadores livres e pobres, cujos descendentes atualmente, enquadram-se na categoria “Agricultora Familiar”.

Palavras-chave

Agricultora familiar, Brasil, mito sesmarial pecuarista.

Introdução

A literatura histórica e sociológica sobre o processo de ocupação e povoamento dos sertões nordestinos, foi elaborada, muitas vezes incitada pelas narrativas e crônicas dos



viajantes, que influenciaram e continuam a influenciar ainda hoje, teses, paradigmas, formulações de conceitos e categorias sobre os processos sociais, econômicos, políticos e culturais que tem como pano de fundo a questão fundiária e os desdobramentos que se pautam sobre a propriedade da terra no Nordeste brasileiro.

Esse consenso do qual estou me referindo, trata-se do processo de consolidação das estruturas agrárias e sociais baseadas no mito sesmarial sobre a formação territorial e na determinação do latifúndio pecuarista constituído através dos processos de ocupação e conformação social, que serviram para legitimar, de forma quase que incontestada, até o século XX, o construto teórico-ideológico da “civilização do couro”, como intitulou Capistrano de Abreu (1907/1982).

Essa tendência, de certa forma, condicionou muitos estudiosos do meio acadêmico que assumem essa versão como pressuposto e não se empenharam em realizar estudos com o devido rigor empírico de modo a identificar ao longo do processo histórico, trajetórias de povoamento e ocupação diferentes das que foram comandadas pela lógica sesmarial, a partir do avanço das boiadas e da fundação de currais de gado, ao longo dos rios. Como exemplos dessa tendência, tem-se as análises empreendidas por Roberto Simonsen (1937/1977), Caio Prado Jr. (1945/2008) e Celso Furtado (1958/2007) que visualizaram no latifúndio sesmarial e na grande lavoura (*plantation*), os fundamentos da ocupação e consolidação dos ciclos econômicos no Brasil.

Assim, compartilhamos as ideias de Yony Sampaio que entende que muitos estudiosos reproduziram um modelo analítico genérico e normativo e atribuíram (de forma simplificada e fácil) a concentração das terras no Brasil e os respectivos problemas agrários ao sistema sesmarial. O autor entende que foram poucos os estudos sobre a formação territorial e sócio-econômica do Brasil que realmente se ocuparam de fazer pesquisas profundas em arquivos que “demandam muito tempo e esforço e o mergulhar em pó e traças para iluminar livros e processos de poucas centenas de anos” (Sampaio, 2015, p.51).

Não se pode negar que a ocupação do Brasil se deu também a partir do sistema sesmarial, ao passo que identificamos vários requerimentos de sesmarias e em inventários de antigos moradores, ainda no século XVIII, um precoce e intenso processo de venda/compra de partes de terras, configurando um retalhamento das propriedades, ao mesmo tempo em que eram feitos novos pedidos de sesmarias a coroa portuguesa. A grande propriedade representada pelas sesmarias, não se perpetuou ao longo do tempo, como demonstraremos a seguir.



Nosso interesse com esse trabalho é problematizar essa narrativa do mito original dos Sertões Nordestinos e demonstrar resultados de pesquisas que justifiquem uma reformulação de um quadro teórico metodológico, tornado clássico pelos principais centros de pesquisa social do Brasil, a respeito do Nordeste, que simplificou a constituição das estruturas fundiária e social, a partir da narrativa que tem o “mito sesmial pecuarista” como fundamento. Essa tradição representada por autores como Capistrano de Abreu, Prado Junior e Roberto Simonsen, reproduziu sem pesquisa empírica aprofundada, um modelo analítico genérico e normativo, herdado das crônicas de viajantes naturalistas de origem europeia, que acabou invisibilizando dinâmicas sociais paralelas de ocupação da terra e constituição territorial, protagonizadas por indivíduos e grupos sociais marginalizados pela empresa colonial portuguesa. Nossa pesquisa, apresenta indícios historiográficos presentes em fontes variadas, mas que, passaram despercebidos por pensadores sociais que estudaram o interior do Brasil, apontam para a existência de processos não lineares de povoamento, ocupação e dinâmicas antigas de fragmentação das terras, minifundização e a conformação de uma sociedade diversificada que, para além dos sesmeiros/fazendeiros, contava com forte presença de escravos, indígenas, comerciantes, agentes da administração colonial e estratos de cultivadores livres e pobres, cujos descendentes atualmente, enquadram-se na categoria “Agricultora Familiar”.

Para fazer esse tipo de contestação de modo consistente, foi preciso compreender o semiárido, e os “Sertões da Borborema”, em especial, não como lugares inóspitos e desérticos, mas ambientes que em certos momentos cruciais foram muito atraentes não só para os criadores de gado, mas também para um leque bastante amplo de atores como comerciantes, cultivadores livres, escravos fugidos, profissionais liberais, ex-escravos, indígenas e caboclos “assimilados” ou “aculturados”, almocreves, tropeiros, caixeiros-viajantes, etc.

Em termos metodológicos procuramos combinar estratégias sociológicas e historiográficas para compreender processos sociais de longa duração. Assim, articulamos como fontes de produção de dados, análise de documentos históricos (cartas de sesmarias, processos cíveis e criminais, registros paroquiais de terras, escrituras públicas, inventários pós morte e correspondências oficiais), mapas municipais elaborados pelo IBGE, levantamentos genealógicos e relatos orais. O olhar e análise minuciosa sobre esses documentos, alinhado com estudos recentes como os de Maia e Gomes (2018), Nunes (2017) baseados nos Censos Agropecuários, revelaram que, em momento mais recente, já no século XX, na microrregião da Serra



do Teixeira, as pequenas propriedades, de caráter familiar (de até 4 módulos fiscais ou 160 hectares), predominam em número e área, correspondem a 97 % dos imóveis e ocupam 77 % da área (IBGE, 2006). Todas essas evidências nos possibilitaram o questionamento a respeito da narrativa hegemônica do mito sesmarial apenas pecuarista nos sertões da Borborema.

Partimos do levantamento das famílias que inicialmente foram beneficiadas pelo sistema das sesmarias. Buscamos compreender quem realmente eram e a que estratos sociais pertenciam; se possuíam descendentes que ainda ocupam aquelas áreas e se migraram para outras regiões e abandonaram/venderam suas terras e por quais motivos isso ocorreu. Assim, com o foco nas fazendas que foram formadas na vigência do sistema de sesmarias (e ocupadas pelos próprios sesmeiros ou por rendeiros a eles vinculados) verificamos quais dessas propriedades ainda continuam ocupadas por descendentes daquelas famílias e quais foram vendidas, repassadas, ou reocupadas por outros grupos familiares. Depois, procuramos saber quem eram essas famílias que compraram ou se apossaram das áreas das antigas sesmarias e de seus entornos; de onde procediam e a que estrato social pertenciam e qual seu grau de influência na organização política colonial e depois imperial; tentamos compreender, em torno de uma reconstituição, o modo de vida dessas famílias, se vivenciaram ascensão social, se já tinham posses antes de ir para aquelas áreas do semiárido, se conseguiram acumular capital depois que ocuparam essas áreas, se enriqueceram ou empobreceram, se tinham patentes militares e títulos honoríficos, ou se os adquiriram depois da chegada ao Sertão, assim tornando-se coronéis da Guarda Nacional etc. Enfim, procuramos saber qual a real procedência da atual “elite agrária” dessas áreas e, ao mesmo tempo, dos grupos que hoje são enquadrados legalmente como agricultores familiares.

Nesse sentido, entendemos que nossa proposta em realizar esse tipo de pesquisa interdisciplinar, que preza por um enfoque de longa duração, é útil para estudar não só as dinâmicas de ocupação dos Sertões Nordestinos, mas também, vários outros processos sociais que estão historicamente inscritos na sociedade rural ou urbana. Entendemos que na sociologia rural contemporânea, a novidade está em estudar o presente sem perder de vista suas conexões com o passado (que deverá ser estudado com rigor e não apenas reproduzir teses como pressupostos).



A alegórica colonização dos sertões nordestinos: sesmarias e currais de gado

Ao analisar alguns dos principais autores da teoria social brasileira que se debruçaram sobre a análise dos processos de ocupação e povoamento dos sertões nordestinos, identificamos pelo menos quatro aspectos inerentes enfatizados nessas interpretações:

- a. distribuição de terras pela Coroa portuguesa, através da concessão de sesmarias;
- b. processos de domesticação (por catequização ou extermínio) dos indígenas nativos e escravização de negros e caboclos;
- c. introdução da atividade da pecuária, com a formação de currais e fazendas de gado, após a proibição do criatório na zona canavieira (através da Carta Régia de 1701), dando início a economia criatória nos sertões;
- d. expansão capitalista e configuração do modelo latifúndio/pecuária/algodão.

As principais fontes históricas utilizadas por parte de autores dessa tradição são os relatos de viajantes naturalistas, especialmente Antonil, autor cuja obra é referida para tratar da constituição da economia sertaneja sobre uma base latifundista em torno do processo de ocupação do semiárido através da distribuição de sesmarias para o estabelecimento de fazendas de gado. Esses autores, de forma seletiva e sem preocupação com a pesquisa empírica, tendem a repetir fragmentos de textos dos viajantes/cronistas que destacam a forma sesmarial de ocupação da terra e relacionam-na à uma suposta concentração fundiária na atualidade. É o caso do excerto abaixo, retirado do texto de Antonil (1982)

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascerça do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitânias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim a fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos



favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios com também nos caminhos... – Fonte: ANOTONIL (1982).

A maioria dos estudiosos sobre a colonização do semiárido (como Capistrano de Abreu, Manuel Correia de Andrade e Caio Prado Junior) citam ou enfatizam, no texto de Antonil, especialmente a parte que trata das duas famílias principais e a extensão de seus domínios em léguas de terra dadas em sesmaria (340 léguas à Casa da Torre dos Garcia d'Ávilas, na margem esquerda do São Francisco e 160 para os Guedes de Britto, que compõem a Casa da Ponte, na margem direita do São Francisco) e a parte que trata da grande quantidade de gado que os currais dessas famílias comportavam (200, 300, 400, 500, 800, 1000, 6000, 8000, 10000, 15000 e mais de 20000 cabeças de gado). No entanto, esse mesmo campo teórico, deveras, negligencia o processo de arrendamento das terras dadas em sesmaria, aspecto também contido nesse mesmo trecho. Conforme Nunes (2017), o arrendamento das terras da Casa da Torre, foi fundamental para destravar condições sociais que permitiram a fragmentação e a mobilidade horizontal e vertical da propriedade da terra.

Conectada a essa forma de explicar a ocupação do sertão, consolidada pela história econômica, está a narrativa que gira em torno do predomínio da pecuária e do latifúndio que determina a organização econômica e social das áreas interioranas do Nordeste desde o período colonial. Para Villar de Aquino (1987), a fazenda de criação foi, na realidade, por muito tempo, a principal unidade socioeconômica das caatingas nordestinas. Suas instalações principais resumiam-se às casas de taipa cobertas por telhas que serviam com moradia do proprietário, do vaqueiro e dos ajudantes, currais de pedras e pau-a-pique e nada mais necessário.

Para essa visão dominante sobre a ocupação do semiárido, todas as atividades que ocorriam nas caatingas nordestinas giravam em torno da criação de animais. Desde a fabricação de alimentos, roupas, ferramentas e utensílios domésticos eram fabricados com produtos derivados da pecuária, o que fez Capistrano de Abreu intitular a subcultura formada nesses ambientes de “civilização do couro”. Assim, todas as energias sociais e produtivas eram empregadas nas atividades relacionadas ao criatório, que ocorria de forma extensiva e os cuidados com o rebanho desenvolveram relacionamentos e vínculos sociais com repercussão, inclusive, na dimensão cultural, em que são exemplos as apartações, vaquejadas e retiradas de gado.

Para esse campo bibliográfico que se apoia no construto da “civilização do couro” é recorrente a referência à estrutura social que se consolidou em face da colonização do



Nordeste semiárido, via pecuária. Nessa estrutura faziam parte, segundo Capistrano de Abreu (1982) e Andrade (1998): a) o donatário, ou o sesmeiro, aquele que figurava formalmente nos contratos e nos acordos de concessão junto aos governadores-gerais e à coroa portuguesa que, geralmente, não explorava diretamente as terras a ele concedidas e residiam ou na metrópole ou nas sedes das capitanias; b) os prepostos (rendeiros ou fazendeiros) que de fato exploravam e administravam a área das sesmarias através de posses (compradas ou conseguidas através do poder de barganha – em que pesava a confiança – com os sesmeiros), estes estavam incumbidos de administrar a fazenda e pacificar (utilizando a religião ou a guerra aos índios) as áreas ocupadas; c) os vaqueiros e agregados, originários da mestiçagem entre os atores de origem lusitana e indígena – força de trabalho efetiva nesse sistema produtivo para o trato com o gado.

Num sentido diferente da tendência estabelecida pela historiografia tradicional em destacar essa estrutura rígida da sociedade sertaneja definida pelo latifúndio sesmarial e pecuarista, apontamos Alberto Passos de Guimarães (1963/1977), Manoel Correa de Andrade (1963/1998), Francisco de Oliveira (1977) e Guillermo Palacios (2004) que, apesar de terem ressaltado a existência de estratos intermediários (cultivadores livres e pequenos proprietários) responsáveis pela ocupação do Nordeste, não fizeram trabalhos empíricos suficientemente aprofundados para revelar a real importância desses estratos na constituição do quadro social e econômico do interior nordestino.

Nossa intenção com esse trabalho, é justamente apresentar uma forma de realizar pesquisas que, ao mesmo tempo, supra a deficiência desses autores e critique a tese latifundista/pecuarista sobre a ocupação, formação territorial e consolidação da estrutura social nos sertões nordestinos.

Orientações metodológicas: novos caminhos para desvendar antigas ocupações

Como percurso metodológico, empreendemos o seguinte. Primeiro, fizemos o levantamento das sesmarias doadas nas áreas pesquisadas (Cariri e Serra do Teixeira PB). Para tanto, recorremos a uma série de fontes, umas publicadas e impressas, outras conservadas em manuscritos e guardadas em arquivos públicos e outras organizadas e publicadas em portais eletrônicos. Dos documentos publicados, consultamos a obra de João de Lyra Tavares (1982), “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba”; e os volumes 1 e 2 do “Fundo Sesmarias”, publicados pelo Arquivo Nacional (2002 e 2005) e a coleção “Documentos Históricos”, publicada pela Biblioteca Nacional (1923, ..., 2011), em que se destaca a documentação do Conselho Ultramarino. Também foi útil o



portal eletrônico “Sesmarias do Império Luso Brasileiro” (SILB), organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que disponibiliza, na internet, um banco de dados contendo informações sobre as concessões e confirmações de sesmarias, com ferramenta de busca em que se pode filtrar as informações pelo nome do sesmeiro, pela capitania, pelo ano de concessão e pelo ano da confirmação. Assim, conseguimos levantar algumas famílias de sesmeiros e, através dessa garimpagem, identificar alguns atores políticos que delas faziam parte e atuavam no cenário administrativo da província da Paraíba, para, posteriormente, através de pesquisa cartorial, saber as origens sociais dessas famílias.

Num segundo momento, para saber se as famílias sesmeiras realmente povoaram aquelas terras ao longo das gerações, procuramos uma forma de identificar se as áreas inicialmente doadas em sesmaria continuavam nas mãos daquelas famílias, através de sua descendência. Como o instituto da sesmaria só vigorou até 1822, ano em que, segundo a bibliografia especializada em história agrária e história da propriedade, inicia-se o período das posses, caracterizado como vácuo institucional – pela ausência de norma para regulamentar o acesso à terra, que perdurou até 1850 e permitiu a ocupação de vastas áreas tidas como devolutas ou desocupadas, sob os mais diversos regimes (herança, compra, doação ou conquista), recorremos, aos registros paroquiais de terras, mecanismo criado por um regulamento de 1854 que previa o reconhecimento das áreas apossadas pelos mais diversos atores, fossem eles sesmeiros ou descendentes de sesmeiros, ou simplesmente posseiros, contanto que suas posses fossem declaradas aos vigários das paróquias responsáveis pelas freguesias de onde estavam situadas as terras.

Para o Sertão da Paraíba acessamos e analisamos os Registros de Terras da Freguesia de Nossa Senhora da Guia da Vila de Patos, onde estão registradas as terras da Serra do Teixeira (PB), documento este, encontrado no Arquivo Público Estadual da Paraíba. Para complementar as informações contidas nessa documentação esforçamo-nos no sentido de, a partir dos registros de transmissão e escrituras dos tabelionatos, inventários *post-mortem* de membros das famílias mais antigas (existentes nos fóruns das comarcas), fazer o mapeamento da evolução e história das propriedades que adquiriram.

Tanto as informações sobre as famílias beneficiadas com sesmarias, quanto as famílias que fizeram declaração de posses de terras aos vigários das paróquias de freguesias das áreas em estudo, foram confrontadas com a Relação de Proprietários levantadas



no censo de 1920 pela “Directoria Geral de Estatistica” do antigo “Ministério da Agricultura, Industria e Commercio” disponível *on-line* no sítio do IBGE. Esse exercício foi muito útil para saber quais famílias de sesmeiros e quais famílias de posseiros, que tiveram acesso à terra de alguma forma, ao longo dos séculos XVIII e XIX, realmente contribuíram com o povoamento dessas áreas e permaneceram, através de sua descendência, ocupando terras de sítios e fazendas dos “Sertões da Borborema” e verificar quais famílias não figuraram nesse momento inicial e chegaram para povoar mais intensamente essas áreas na parte final do século XIX, a partir, justamente, do processo já referido de atração promovido pela expansão da cultura do algodão.

Também utilizamos outra fonte de informações sobre a origem social e o modo de vida das famílias da área estudada na passagem do século XIX para o XX, como o “Anuario Administrativo, Agrícola e Profissional, Mercantil e Industrial” ou “Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro” continuadores da tradição do “Almanach Laemmert”, disponíveis na “Hemeroteca Digital” da Biblioteca Nacional, onde constam informações sobre a ocupação de postos administrativos, judiciários, religiosos e sobre a atividade de produtores rurais, agricultores, pecuaristas e principalmente industriais ligados ao algodão.

Da mesma forma, foi necessário investir pesadamente na pesquisa cartorial. Vasculhamos a documentação do cartório judiciário da comarca do município de Teixeira e fotografamos todos os inventários *pós mortem* registrados entre 1795 e 1920, para a partir deles, cruzar informações sobre as origens das famílias, propriedades e das atividades econômicas.

A partir do cruzamento das informações contidas nas Relações de Proprietários, nos inventários *pós mortem* e nos Almanques, selecionamos algumas famílias tidas como “importantes” no início do século XX para, com elas, aprofundar a pesquisa e construir quadros em que ficassem explícitas as trajetórias sociais desses agrupamentos familiares desde antes de suas vindas para os “Sertões da Borborema”, até o século XX. Assim, após o reconhecimento de algumas famílias de sesmeiros e de posseiros, procuramos fazer a identificação de sua descendência tendo como referência as famílias de proprietários de terras que tinham indivíduos de destaque, segundo os Almanques, na produção agropecuária, manufatura, administração pública etc. O caminho inverso também foi trilhado. Procuramos nos indivíduos destacados nos Almanques e nas famílias que reconhecíamos como sendo tradicionais ou de



ascendência antiga, relações com as famílias de sesmeiros e de posseiros identificadas na bibliografia e nos documentos levantados.

Por outro lado, combinamos a pesquisa cartorial com a ferramenta da história oral que foi desenvolvida com atores-chave pertencentes a algumas dessas famílias, escolhidas a partir da localidade das propriedades e dos sobrenomes, relacionando informações dos inventários, com a lista de 1920 e os familiares que se encontram na propriedade atualmente, tentando fazer uma recomposição na chegada dessas famílias na área de estudo em questão. Procuramos, sempre que possível, realizar as entrevistas nos próprios sítios e fazendas para aproveitar a presença no ambiente (original e fundamental da família) e fomentar a elaboração de mapas cognitivos, no presente, com as devidas indicações e coordenadas dos locais referidos no passado. Buscamos extrair informações sobre a origem das famílias, a época da chegada delas naqueles sertões, saber se e que tipos de atividades profissionais e administrativas exerciam antes da vinda, quais motivos justificavam aquela vinda, com que planos adquiriram terras entre os séculos XVIII e XIX e por que ali permaneceram.

Também procuramos incentivar a descrição dos universos sociais dos quais aquelas pessoas e seus antepassados faziam parte. Empenhamo-nos, especialmente, a partir da construção de quadros genealógicos, em entender com que outras famílias as suas tinham relações, e que tipo de relações, se de casamento, de compadrio, de trabalho, de subordinação, se políticas, se envolviam brigas, questões ou intrigas e por quais motivos etc. Assim, saímos de uma perspectiva de descrição da origem das famílias para a dimensão da prosopografia, ou seja, para a construção de biografias coletivas, no sentido de compreender como diferentes agrupamentos familiares compuseram grupos sociais (classes e frações de classes) diferenciados.

Desvendando o processo de ocupação dos Sertões da Borborema

Um conjunto de indícios historiográficos presentes em fontes variadas, mas que muitas vezes passam despercebidos por historiadores e pensadores sociais que estudam o Sertão Nordestino, indicam para a existência de processos não lineares de povoamento, ocupação e dinâmicas muito antigas de fragmentação das terras, minifundização e a conformação de uma estrutura social diversificada que, para além dos sesmeiros/fazendeiros e vaqueiros, contava com forte presença de escravos (fugidos ou não), ex-escravos, comerciantes (tropeiros e almocreves), agentes da administração colonial e estratos de cultivadores pobres, cujos descendentes são hoje enquadrados



na categoria Agricultora Familiar, especialmente na área que estamos chamando de Sertões da Borborema.

Os trabalhos de Manuel Correa de Andrade, Guillermo Palacios e Francisco de Oliveira acenaram para uma interpretação diferente das análises empreendidas pela historiografia tradicional, no sentido de visualizarem processos de ocupação distintos da distribuição de sesmarias e a emergência de estratos sociais inferiores, mas não realizaram pesquisa com profundidade suficiente. A leitura e análise (desapegadas do mito sesmarial/pecuarista) de documentos históricos associadas a um trabalho aprofundado junto a comunidades rurais fortalecem as evidências de que outras formas de apropriação e uso da terra (protagonizados por uma diversidade de sujeitos) coexistiram e, em alguns casos, sobressaíram em detrimento da grande propriedade pecuarista.

Através da análise detida de outros documentos históricos como inventários e registros paroquiais de terras, percebemos que a estrutura social constituída nos sertões, era mais complexa do que a que foi destacado no texto de Antonil e nesse referido levantamento censitário. A sociedade sertaneja não era formada apenas por criadores de gado que respondiam, subsidiariamente, por outras atividades como comercio, agricultura e administração, mas os responsáveis por essas atividades, que não necessariamente eram criadores, compunham um verdadeiro mosaico social.

Sobre a região da Serra do Teixeira, por exemplo, deparamo-nos com conjuntos esparsos de documentação que, apesar de conhecidos pelos especialistas em historiografia regional, até o presente momento, não tinham sido reunidos nem profundamente analisados dentro de uma perspectiva de continuidade e de longa duração, no sentido de construir genealogias das propriedades e prosopografias de grupos de proprietários para identificar mudanças e permanências da posse da terra.

Dada a ocupação não efetiva das áreas “conquistadas” e requeridas em sesmaria, as terras da Serra do Teixeira e da Serra dos Cariris Velhos, em especial – por serem de difícil acesso e favoráveis ao cultivo de lavouras, devido ao microclima úmido produzido pelo relevo acidentado e altitudes elevadas – passaram a ser atrativas para comunidades de cultivadores e como lugar de refúgio para caboclos/indígenas e escravos. Nessa área, o perfil de predomínio de pequenas propriedades destinadas à agricultura (em oposição à pecuária), começou a ser impresso.

Como exemplo, vamos apresentar três documentos do século XVIII que tratam da Serra do Teixeira (PB) como um lugar secularmente habitado por cultivadores acabocladados e



escravos fugidos. O primeiro trata-se do relatório, de 1757, que o Capitão-mor da Freguesia do Cariri de Fora, Clemente de Amorim e Souza, elaborou para descrever todos os sítios e fazendas, lugares e povoações que compunham a Ribeira do Rio Paraíba e de seus afluentes, do sítio Pedro Velho/Natuba a montante. O documento, após relatar todas as fazendas que estavam no vale do que hoje se conhece por rio Taperoá, faz referência a uma localidade denominada “Brejo do Monteiro”, hoje município de Teixeira, na Microrregião da Serra do Teixeira, em que existiam “alguns moradores que plantam roças”:

(...)daí três léguas está o sítio do Batalhão e daí uma légua está o sítio da Carnaúba e para a parte da mão direita distante duas léguas em um alto d'água está o sítio chamado Umbuzeiro e do sítio da Carnaúba para a parte da mão direita está o sítio do Campo Grande cinco léguas e um riachinho e de Campo Grande pelo mesmo Riachinho acima duas léguas está o sítio da Serrota e daí duas léguas está o sítio salgado que é o último deste Riachinho e tornando ao sítio da Carnaúba daí uma légua pelo Rio acima está o sítio do Bonito e daí uma légua está o sítio Piquio e daí duas léguas está o sítio da Pedra e daí uma légua está o sítio do Desterro que é o último deste Rio e daqui o seu nascimento serão quatro léguas donde também principia o nascimento do Rio chamado Pajeú que deságua para o Rio S. Francisco e do sítio do Desterro para a parte da mão direita em distância de três léguas em cima da Serra da Borborema está um Brejo que chamam de Monteiro onde moram alguns moradores que plantam roças (...) – Revista do IHGP (1953, p.10.)

Os outros dois são requerimentos de Cartas de Sesmaria, o primeiro deles datado de 1761 têm-se a explicação dos nomes Serra do Teixeira e Brejo do Monteiro e confirma a informação de que ali era um lugar ocupado por cultivadores e servia, também, como lugar de refúgio para escravos. O segundo, datado de 1770, trata-se de um lugar que estava sendo ocupado por populações indígenas (trados no texto como gentios), às margens do Riacho das Moças, outra importante localidade situada na dita Serra, no atual município de Teixeira (PB).

Nº 564 em 29 de Outubro de 1761 – Sargento-mor Antonio Monteiro e seu irmão capitão Francisco Penna Monteiro, morador no Piancó, dizem que sobre a Serra da Borborema descobriram um logar de cultivar lavouras onde dois escravos seus andavam fugidos e se refugiaram, cujo logar parte para o nascente com terras de um Fulano Teixeira e pelo poente com um riacho e terras chamados Mãe-d'Água pelo norte com terras do Cruz e pelo sul com terras vertentes do Pagehú em cujo logar querem três léguas de comprido e uma de largo ou como lhe convier, pedindo em sesmaria conforme as ordens de S.M.



Foi feita a concessão, no governo Francisco Xavier de Miranda Henrique – Fonte: Tavares (1982, p. 300).

Nº 674 em 21 de Janeiro de 1770 – Tenente Vicente Ferreira Neves, diz que descobriu no chão da Serra da Boburema terras devolutas, com sufficiência para plantar lavouras e crear gados e porque delas precisava pedia por sesmaria três leguas de comprido e uma de largo, fazendo peão em uma lagoa a que o suplicante poz o nome de Phanta? Sendo o cumprimento de sul a norte ficando na compreensão o olho d’agua Taborim e o riacho das Moças onde se achão umas casas dos gentios que se acham despertos de suas villas ficando este da dita lagôa para a parte do norte, e se acha outro olho d’agua para o sul, tudo na dita compreensão, confrontando-se pelo norte com a serra do Teixeira e a serra do Araújo, pelo nascente com o sítio da alagôa do Coronel José da Costa Romeu, e terra do Caranacuí; pelo poente com a serra do capitão Manoel Pereira Monteiro e pelo sul com o vizinho que se acha mais perto, ficando logrando as sobras dos mencionados sítios de que era a sua corrente das vertentes delles para o rio Piranhas. Foi feita a concessão no governo Jeronymo José de Mello Castro. – Tavares (1982, p. 347, 348).

Esses casos podem representar exemplos típicos de grilagem de terras realizados por parte de representantes da elite colonial em detrimento de grupos de cultivadores pobres (indígenas/caboclos/negro aquilombados), elite que inicialmente instalou-se nas localidades através da requisição de sesmarias e passou a ocupar os postos da administração pública em funções judiciais, policiais e eclesiásticas, como é o caso de membros de várias famílias que ainda permanecem na região como os Dantas, Pereira Monteiro, Costa Vilar.

Mas também é possível afirmar que esse lugar que estamos chamando de “Sertões da Borborema” era, secularmente, procurado por grupos de indivíduos de tradição camponesa e de status social inferior e marginalizados (indígenas, caboclos e escravos) invisibilizados pela literatura clássica. O que terá acontecido com esses grupos de cultivadores? Será que foram expulsos pelos sesmeiros? Será que resistiram?

A análise de inventários arquivados no Fórum de Teixeira (PB), datados do final do século XVIII e meados do século XX, ajudou-nos a responder a essas perguntas. Pudemos verificar que essa região passou a atrair, além de grupos de cultivadores pobres e escravos fugidos, comerciantes, artesãos e, posteriormente, profissionais liberais, que passaram a ocupar e cultivar as terras com lavouras e/ou criação de gado sem, necessariamente, requererem a titulação de suas posses através do instituto das sesmarias e também que alguns desses moradores chegaram a registrar suas posses



de terras junto aos registros paroquiais, algumas delas fruto de posses e outras fruto de compra de partes de terras.

Assim, chamam a atenção as múltiplas formas de acesso à terra que variaram, ao longo do tempo, entre a posse espontânea de áreas desocupadas (o caso dos grupos de caboclos, escravos fugidos e de cultivadores livres), a venda/compra, extraoficial ou com registro em cartório, dessas terras espontaneamente ocupadas, a concessão de sesmarias, a fragmentação e venda de “partes de terras pro indiviso” das áreas concedidas em sesmarias.

Até o presente momento, na Serra do Teixeira, fizemos o levantamento de cerca de 12 sesmarias (com uma légua de largura por três de comprimento) doadas até 1824, pertencentes a pouco mais de 18 proprietários. Nos registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Nossa Senhora da Guia da Vila de Patos, realizados entre 1855 e 1856, tem-se 601 registros, dos quais, mais da metade referem-se à Serra do Teixeira. No Censo de 1920, foram contabilizados 1089 propriedade/proprietários nas áreas dos municípios de Teixeira e Princesa (atual microrregião de Serra do Teixeira), no censo agrícola de 1960, contabilizamos 8.503 estabelecimentos. Já no censo 2006, a microrregião da Serra do Teixeira, possuía 12.778 estabelecimentos agropecuários (atualmente formada por 11 municípios).

Na análise de alguns inventários, verificamos que ocorreu um precoce processo de intensificação de compra/venda dessas terras dadas em sesmaria ainda no século XVIII, glebas essas caracterizadas como “porções de terras de plantar lavouras”. É notório – pela construção de quadros genealógicos e do estudo do processo histórico de transferência da propriedade da terra a partir da análise dos Registros Paroquiais da mesma localidade (datados de 1855 e 1856) – que as famílias que compravam terras à elite de sesmeiros ou a seus descendentes, não necessariamente, integravam essa elite e que no intervalo temporal que se estendeu entre a concessão das sesmarias e os registros nas paróquias, ocorreram inúmeras transações que implicaram na fragmentação das áreas dadas em sesmaria e a criação e nomeação de novos sítios encravados nas glebas originárias que envolveram várias gerações de indivíduos e grupos de indivíduos de origens sociais e geográficas diversas, o que continuou ocorrendo ao longo do século XX, quando visualizamos, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, de 2006, que indica que 65,4% das terras foram fruto de compra, o que acena para a permanência de um antigo, intenso e progressivo processo de fragmentação e compra e venda das terras (mobilidade vertical e horizontal da terra).



A título de exemplo trazemos o caso da Sesmaria doada, em 1761, a Mateus Antônio Brandão (português, casado com uma neta do conhecido sesmeiro e desbravador Pascácio de Oliveira Ledo) e a Domingos da Costa Romeu (também neto de Pascácio e cunhado do Mateus). A sesmaria media três léguas de comprimento por uma de largura e limitava-se com os topônimos, ao norte, o Riacho da Carnaúba (ribeira do Espinharas), ao sul, o Sítio do Desterro, ao leste, com a Serra do Monteiro, e ao oeste, com Olho d'água do Livramento (outra sesmaria que tinha pertencente a Thomaz de Almeida). A partir da análise da toponímia associada à sucessão das propriedades, ao longo do tempo, inferimos que essas terras situam-se, atualmente, a leste do município de Teixeira (PB), a oeste do município de Cacimbas (PB) e ao norte do município de Desterro (PB) e passaram por um processo de fragmentação e repartição em inúmeros sítios e localidades, quais sejam: Cedro, Dois Riachos, Surrão, Cinzas, Covão, Cachoeira, São Gonçalo, Pedra Fina, Tamanduá, Batinga, Gancho, Travessão, Grota do Espinho, Lagoa do Campo, Lagoa Seca, Beco, Massaranduba, Pedras, Serra Feia, Chã, Aracati, Guarita, Olaria, Carnaubinha, Malhada da Catingueira, Retiro, Mulungu, Gavião, Chico Ovelha, Cambamba, Vibração, Irino, Imprensa, Esfolá-Bode, Cipó, Minador, Alagoinha, Pitomba de Baixo, Gonçalo Pereira, Malhada da Onça, Cabeça, Várzea do Arroz, Lagoa do Algodão, Costa de Cima, Costa de Baixo, Caicó, Balanço, Simão, Pedro, Barra do Juá, Cachoeira do Campo do Fogo, Pitomba, Catolé, Mata da Olaria, Cachoeira do Ovo, São Sebastião, Altinho. Dentre essas localidades existem três comunidades de Remanescentes de Quilombos, recentemente reconhecidas pela Fundação Palmares, mas com existência secular, são elas: Serra Feia, Aracati e Chã. Interessante notar que os proprietários desses diversos sítios, no século XX, não são descendentes dos sesmeiros, como se pode inferir a partir da análise onomástica do Censo de 1920, confrontada aos requerimentos de sesmarias.

Após análise de vários inventários *post-mortem* de moradores da Serra do Teixeira (PB), identificamos uma variedade de situações que informam sobre um processo de ocupação diferente do que ocorreu nas áreas do Sertão descritas pela bibliografia tradicional:

- a) presença de processos antiquíssimos de compra/venda de terras;
- b) alguns processos de confirmação de posse através do instituto das sesmarias; c) destinação predominante das terras à plantação de lavouras;



- d) forte presença de instrumentos destinados ao plantio e processamento de mandioca e algodão como enxadas, foices, machados, roda de moer mandioca, roda de moer e canastra de fiar algodão, além grande quantidade da pluma em arroubas;
- e) presença de animais e utensílios para o tração e transporte de cargas, como cangalhas, selas e estribos, caixotes, “fazendas” o que indica a dedicação dessas famílias também a atividades de comércio;
- f) existência de utensílios e ferramentas destinadas à atividades e ofício artesanais (carpintaria, marcenaria, costura);
- g) presença de dívidas ativas e passivas e obrigações a vencer, muitas vezes comprovadas por notas promissória e letra de câmbio, o que indica a prática comercial e de operações financeiras;
- h) posse de escravaria cujos preços superavam em muitas vezes os preços das terras;
- i) posse de jóias e utensílios de luxo feitos de metais preciosos como ouro (brincos, pulseiras, trancelins, argolas, broches), prata (talheres e armas brancas), latão e cobre (tachos utilizados para a fabricação de rapadura).

Considerações finais

Assim, acreditamos, tenham sido essa forma de o morgado explorar a terra (através de prepostos) e de permitir o acesso à terra a muitas outras pessoas que, associada a outros aspectos como o potencial de atração de novos atores para essa região (a partir do final do século XVIII, com a cotonicultura) e da presença secular de comunidades de cultivadores nas serras que circundam essa área, que permitiram ao Pajeú e à Serra do Teixeira, hoje serem áreas com estrutura agrária relativamente desconcentrada, com domínio da agricultura familiar (segundo a conceituação legal) no domínio sobre a terra, como já tratamos anteriormente.

Com esse trabalho pudemos concluir que a ocupação e o povoamento do Sertão pelos leitos dos rios, no ritmo das patas do gado, em que eram protagonistas os fazendeiros/vaqueiros fundadores de currais, trata-se de um lugar-comum da teoria social e histórica favorecido por certo comodismo intelectual em repetir e cristalizar, acriticamente, elaborações teórico-empíricas construídas para determinadas áreas (como o Sertão São Franciscano) e imprimir nas outras áreas do semiárido, um caráter generalizante que, na realidade, serviram muito mais para obscurecer processos que se desenvolveram em paralelo e que não foram retratados pela historiografia, pelo simples fato de não terem sido protagonizados pelos que escreviam a história oficial.



Assim, por um lado, do ponto de vista legal/contratual/formal, verificamos que o processo de ocupação e o povoamento dos “Sertões da Borborema”, desde finais do século XVIII, foi mediado por um ativo mercado de terras e que essas, de um modo geral, que eram oficialmente e legalmente apropriadas (ou tornadas legais a posse ou propriedade, “legalizando o ilegal”), vivenciaram, ao longo dos séculos, de forma consecutiva, processos que repercutiram na atual conformação agrária, caracterizada por relativa desconcentração fundiária, quais sejam: a) a doação das sesmarias; b) a criação de fazendas de gado e de sítios de plantar por rendeiros/foreiros associada à doação de sesmarias de menor porte (Cariri, Serra do Teixeira); c) entrada de novos atores como proprietários, seja através de casamentos, seja através da compra de terra loteada das fazendas postas à venda (procedimento muito dificultado enquanto estava em vigor o instituto das sesmarias, mas muito comum desde antes da promulgação da Lei de Terras e; d) contínua repartição e revenda a novos atores recém emigrados, atraídos pelo avanço e generalização do cultivo do algodão, pelo menos até a primeira metade do século XX.

Por outro, apesar de ser escassa a documentação que possa comprovar a atração e fixação de comunidades de cultivadores nas serras, limitando-se às referências contidas no Relatório de 1757, ao texto “Idea da População...”, aos registros de algumas sesmarias, aos registros de batismos da Freguesia da Ingazeira e do Cariri de Fora, em que fica demonstrada a forte presença de indígenas até meados do século XIX, na Serra do Teixeira e na Serra dos Cariris Velhos e dos relatos de Ulisses Lins de Albuquerque, existem fortes indícios que colocam como que verdade que essa área foi atrativa, desde o século XVII, principalmente nas serras, para negros cativos fugidos e indígenas/caboclos refugiados da perseguição bandeirante. A atração que essas áreas promoveram a grupos de cultivadores (não necessariamente livres, mas que viriam a se libertar) deu um tom minifundiário a essas áreas, com o predomínio da pequena propriedade agrícola, produtora de alimentos e fornecedora de mão-de-obra relativamente especializada, como artesãos e vaqueiros. Essa realidade está muito relacionada também com o um aspecto que se tornou presente nessas comunidades, a pluriatividade. Podemos dizer que os pequenos proprietários dos “Sertões da Borborema”, desde sempre foram pluriativos.

Os dados produzidos ao longo da pesquisa estão sendo capazes de demonstrar que os processos de aldeamento (nas serras) de indígenas que foram expulsos dos vales (para não serem exterminados) e dos escravos africanos que viriam a se aquilombar nos cumes da Borborema, por um lado, e a atração que essas áreas promoviam a grupos



de cultivadores livres, por outro, puderam funcionar, num momento posterior a seu assentamento, justamente como um ponto de tensão que forçou a sociedade dos currais a vivenciar processos de diferenciação em relação a sociedade dos engenhos e a lusitana. Podemos dizer que a revolução promovida pela cotonicultura – processo econômico que deixou mais marcas do que a pecuária, na Sociedade Sertaneja do presente – só foi possível pela existência de comunidades de cultivadores pluriativos das serras úmidas, formadas por esses estratos de indígenas/caboclos, escravos aquilombados e agricultores/pequenos proprietários livres. Foi possível verificar a partir dos casos analisados – sejam das famílias que desceram das serras ou das que chegaram dos agrestes e litoral através do comércio, sejam as que vieram de outros países (como os casos demonstrados por Nunes, 2017) – que esse movimento de atração de novos habitantes engendrou processos que se associaram com aspectos inerentes à “civilização do couro” que possibilitou, com algumas exceções, a forte substituição das elites agrárias e um progressivo processo de fragmentação da propriedade da terra e um correspondente desconcentração fundiária.

Notas

Quando foi promulgada a lei 601, conhecida como a Lei de Terras, que veio a regulamentar o mercado de terras e consolidar o instituto da propriedade privada, que materialmente já estava sendo posto em prática com as várias formas de alienação/exploração das sesmarias.

Por destoarem da narrativa comum difundida pelo construto ideológico da “Civilização do Couro” que visualizam a tendência latifundista/pecuarista no processo de ocupação territorial e povoamento dos Sertões Nordestinos.

Interessante notar que apesar de alguns documentos oficiais em que os teóricos sociais sobre o Nordeste se apoiam para se referirem à história do semiárido, já colocarem elementos que acenam para uma forma diferenciada de ocupação, que não pela criação de animais e pelo latifúndio, o que prevaleceu até o hoje foi a referência à grande propriedade e a pecuária. Da mesma forma, autores que escrevem sobre genealogias de famílias e sobre história municipal, como por exemplo, Cavalcante Neto (2013) e Dantas e Dantas (2008), tratam da história de Teixeira (PB) e Taperoá (PB) e das famílias Costa Vilar e Dantas, referiram-se muito as fazendas como a Carnaúba, Jabre Velho e a Batalhão, mas em nenhum momento, referiram-se a esse sítio chamado “Brejo do Monteiro”, em que seus moradores plantavam roças.



Num momento em que o ordenamento jurídico que regulamentava a doação de sesmarias impunha restrições a esse tipo de transação, o que só vem a ser plenamente legalizado com a Lei de Terras de 1850.

Referências Bibliográficas

Andrade, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1963/1998.

Brasil. Biblioteca Nacional.

Capistrano de Abreu, João. Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: EDUNB, 1907/1982.

Cavalcante Neto, Faustino Teantino. Taperoá: apontamentos para sua história. In: Souza, Antonio Clarindo Barbosa de (org). História dos Municípios Paraibanos. Vol. 2. Campina Grande: EDUFPG, 2013, 110p.

Dantas, Fabio Lafaiete e Dantas, Maria Leda de Resende. Uma Família na Serra do Teixeira: Elencos e Fatos. Recife: Editora Liber, 2008.

Elias, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.

Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1958/2007.

Guimarães, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963/1977.

Melo, Mario Lacerda de. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba. 2ª ed. Recife: CEPE, 1958/2012.

Moreira, Emilia e Targino, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

Nunes, Aldo Manoel Branquinho. Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920), 429f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

Sampaio, Yony de Sá Barreto. Formação Territorial do Nordeste – Muitos mitos e poucos estudos. Revista do IAHGP, Recife, n. 68, pp. 49-76, 2015.



Palacios, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil – agricultores livres e pobres na Capitania de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, 380p.

Prado Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil*. 48 ed. São Paulo: Brasiliense, 1945/2008.

Villar de Aquino, Aécio. *Aspectos Históricos e Sociais da Pecuária na Caatinga Paraibana*. Coleção Mossoroense, 1987.